

# **MEMÓRIAS DE UMA ESCOLA: Luminárias, um patrimônio para a história da educação de Minas Gerais.**

ROSELI DA COSTA SILVA\*

## **1 INTRODUÇÃO**

Devido à escassez de registros sobre pessoas e fatos que fizeram a História da educação em nosso município, fez-se necessário uma ampla pesquisa de campo e bibliográfica em nossa região, com personagens que participaram dos primórdios da formação educacional de nossa cidade. Também se fez necessário uma pesquisa de dados em arquivos regionais e municipais, como a diocese, museus e arquivos escolares de São João Del Rei, Carmo da Cachoeira, Carrancas e em arquivos da própria cidade de Luminárias, visto que a construção da Escola Municipal “Francisco Diniz” está diretamente relacionada com a história da emancipação do município e da paróquia Nossa Senhora do Carmo.

Os objetivos desta pesquisa são: resgatar fatos históricos que contribuíram para a formação educacional de Luminárias; resgatar dados sobre educadores que lecionaram na Escola Municipal “Francisco Diniz”, desde a formação da primeira turma em 1875; documentar e registrar todos os dados obtidos para preservação histórica da Escola Municipal “Francisco Diniz” e por fim, reconstruir um passado para que não se perca na memória futura de nossos cidadãos.

Tem-se, portanto, o argumento de que uma cidade sem registros de seu povo e de sua cultura é uma cidade sem memória. A Escola Municipal “Francisco Diniz” tem uma grande e decisiva participação na História de Luminárias, devendo ser resguardada a sua própria.

Para esta pesquisa, primeiramente foi realizada uma pesquisa de campo e bibliográfica sobre dados e personalidades, na cidade de Luminárias e nos registros da Paróquia Nossa Senhora do Carmo, onde foi levantado material e fatos inéditos sobre a história da Escola Municipal “Francisco Diniz”. Finalizadas as pesquisas e anotações devidas, foi elaborada a redação final, em material próprio, para divulgação da população e de quem se interessar pela história da Educação.

---

\* Centro Universitário do Sul de Minas- UNIS MG: Pós-Graduada – Docência no Ensino Superior/ Graduada- Letras. Prefeitura Municipal de Luminárias- MG.

## 2 O NASCIMENTO DE UMA ESCOLA

O nascimento é algo sempre deslumbrado por todos os membros que dele fazem parte. Uma escola, para nascer, necessita dos genitores, dos apetrechos, dos documentos que a legitimarão e de tantas testemunhas quanto forem necessárias. Nascer para a vida não é uma opção própria, é uma opção Divina. Nascer para educar todo um povo e fazer parte de sua eterna história, também é opção Divina.

Assim nasceu uma escola, que completa hoje, neste ano de 2010, 135 anos de existência, de vida formadora de educadores, políticos, médicos, engenheiros, cientistas, mas antes de tudo, cidadãos orgulhosos de uma história de glória.

Através de arquivos que pertencem ao Museu Escolar da Escola Municipal “Francisco Diniz”, podemos ler uma prova de “*Historia do Brazil*”, de uma aluna do 4º ano, Alzira Machado, datada do ano de 1920, com os seguintes dizeres:

*Há mais de cem annos D. Maria José do Espirito Santo mandou construir uma pequena capela onde celebravam-se os officios para sua família. Mais tarde passando estes aos seus erdeiros delles, comprou Francisco da Silva Pinto uma parte da qual tirou uma pequena parte que offereceu para construir o patrimônio da povoação. As primeiras edificação eram de capim. Há cincoente annos mais ou menos teve começo a edificação de prédios mellores. [...] entre os filhos deste logar já falecidos, mas se distinguiram por ato de benemerência, destacam os seguintes Cel, Francisco Inacio de Mello e Capitão Manoel Ferreira. Foram estes dois cidadãos os construtores da casa de instrução, com o qual doaram o Estado. O cidadão Francisco Diniz Junqueira, o pai dos pobres faz, sempre benfeitorias desta povoação. E também digno de nota o Exmº Srº Luiz Antonio de Oliveira, Visconde de Caldas, que em bora não fosse filho desta terra, sempre lhe despencou o seu valioso axilio.† (MACHADO, 1920, & 3, 4 e 5).*

Conforme exposto pela aluna, (deve-se destacar que a redação foi corrigida por Dona Judith Fábregas, com nota boa, sem nenhum erro), podemos certificar-nos de que, pelos seus dados, a doação do terreno foi mais ou menos em 1820 e que, em 1870, Luminárias já possuía prédios melhores. Também fato muito importante a ser observado é a referência aos benfeitores no referido documento, que segundo a aluna, foram o Cel. Francisco Inácio de Mello, o Capitão Manoel Ferreira e mais alguns benfeitores, que construíram com recursos próprios a casa de Instrução para doarem ao Governo de Minas Gerais, para providências Educacionais.

---

† Nesta grafia transcrita fielmente do original, nota-se uma mudança na ortografia se comparamos com a de 1875, conforme registros no Museu Escolar da Escola Municipal “Francisco Diniz”.

## 2.1 A Criação da Primeira Casa de Instrução de Luminárias.

Através da Lei Provincial nº 2001, de 14 de novembro de 1873, onde consta o artigo 5º, parágrafo único; “Será instalada a freguesia logo que seus habitantes apresentarem casa para a escola de instrução primária do sexo masculino” (cópia de arquivos paroquiais cedidos por Pe. Jésum Cristiano Arantes em 2008), tudo começou.

*Os habitantes “abastados” da “Freguesia do de Nossa Senhora Carmo das Luminárias” (ibid), realizaram um abaixo assinado em 1879, pedindo ao Bispo de Mariana instituição canônica para o local, visto que uma exigência da referida lei, estava cumprida: estava instalada a Casa de Instrução Primária do Sexo Masculino (ARQUIVOS PAROQUIAIS 1873).*

Porém em 1881, foram enviadas ao Bispo, outras duas cartas, pelo mesmo motivo citado acima, notificando que Freguesia havia sido criada há 8 anos e a casa de instrução há seis anos, onde um professor público (não foi referido o nome do professor) estava ocupando a cadeira, mas a casa estava em péssimas condições de uso. Também constava que a “Freguesia tinha 80 eleitores e pelo menos 40 fazendas.” (cópia de documento paroquial, 2008). Por esta documentação, percebemos que em 1875, já havia um professor lecionando na Casa de Instrução do Sexo Masculino.

O Bispo retornou todas as cartas, e, comentou que tinha sido notificado da construção da referida casa.

Segundo Mourão (2008, p.161-162), a freguesia se mobilizou para a construção da Casa de Instrução que deveria ser doada para o governo. João Amâncio da Cruz fez a escritura da casa em 17/08/1875, lavrada na residência do Capitão Martins e esposa, onde se encontravam: o Capitão Melo e Souza com sua esposa, que assinaram como testemunhas.

*[...] construíram um Prédio nesta Freguesia, [...] em frente à Igreja, sobre alicerces de pedra, coberta de telhas, com boas escadas de pedras, com duas descendeiras, duas alcovas, três portas, duas janelas, suficiente para receber 50 alunos, destinada à Casa de Instrução. [...] Foi feita a doação do prédio à Província de Minas Gerais para o fim de servir a mocidade com condição de que se instalasse a Freguesia de Carmo das Luminárias e que providenciasse a Cadeira de Primeiras Letras e respectivo professor (MOURÃO, 2008, 161)*

Constatamos dessa descrição, em que a autora citou o próprio documento de escritura, que esta casa se refere à casa do senhor Danilo Leite. Temos a partir dos documentos citados, a data da criação, os benfeitores, algum professor que ocupou a

cadeira criada, por exigências dos próprios benfeitores e o local da nossa primeira escola de Luminárias.

As escolas públicas foram classificadas, de acordo com o decreto 655 de 17 de outubro de 1893: como rurais distritais e urbanas, tendo programas adequados aos respectivos meios em que funcionassem (Art. 59). O Decreto n. 655, em seus artigos 36, 37 e 38, estabelecia que seriam *rurais*, as escolas situadas em localidades onde houvesse menos de 1000 habitantes dentro do perímetro escolar, ou então, tendo mais de 1000 habitantes, não tivesse mais que 150 crianças em idade escolar. Seriam *distritais* aquelas localizadas nas sedes dos distritos administrativos que não fossem vilas ou cidades, para qualquer população, ou que, tendo mais de 1000 habitantes dentro do perímetro escolar, tivesse também mais de 150 crianças em idade escolar. *Urbanas* seriam as escolas localizadas nas sedes das vilas e cidades, independentemente da população. Segundo Mourão (2008, p. 163), a lei nº 2 de 14/09/1891. Luminárias era Escola Distrital.

## **2.2 Os Primeiros Professores a Ocuparem as Cadeiras da Escola de Instrução das Primeiras Letras do Sexo Masculino e Feminino.**

Conforme relatado acima, nos documentos de transição para Instituição Canônica de Luminárias foi constatado que um professor público estava lecionando, assim que ficou instalada a casa de instrução.

No governo de Francisco Silviano de Almeida Brandão, que tinha David M. Campista na Secretaria do Interior, promulgou-se a Lei n. 281 de 16 de setembro de 1899, que dava “nova organização á instrucção publica do Estado de Minas”. O Art. 1o. estabelecia que o ensino primário oferecido pelo Estado seria gratuito e obrigatório para os meninos de ambos os sexos, dos sete aos treze anos de idade. Mas o que acontecia na realidade é que somente os meninos estudavam, as meninas ficavam restritas às prendas domésticas.

De acordo com Mourão (2008, p. 167), em 1892, foi criado o conselho distrital de Luminárias. A autora cita em seu livro, os integrantes do conselho e também o primeiro recibo (N.º 01), do dia 22 de dezembro de 1892, referente a serviços prestados pelo Agente Executivo de Lavras, como também os serviços prestados nos anos seguintes: “[...] partindo da rampa em frente à casa do Sr. José Francisco silva Campos que vai terminar em casa de Joaquim Valério [...]”.

Em 1895, nos arquivos paroquiais de Luminárias, (cópia cedida por Pe. Jéus Cristiano Arantes, pároco no ano desta pesquisa, 2008) consta mais um pedido de Instituição Canônica ao Bispo, para a Freguesia de Luminárias, cuja população superava a três mil almas. Enviou outro abaixo assinado, certificando-o que todos aqueles cidadãos eram criados na lei de Deus e que esperavam que o Bispo atendesse o justo pedido: “ [...] *esperão que V.Ex.ma attenderá este justo pedido, que será submettido á Camara Eclesiástica que por sua vez não negará a sua aprovação, com os corações cheios de reconhecimentos fazemos votos pela preciosa saúde de V. Exma [...]*” (ARQUIVOS PAROQUAIS, 1895, & único). Subscrito por Antonio Candido Dinamarco e João Alves Ferreira (?). Dentre os abaixo assinados, encontramos nomes de pessoas abastadas e influentes da época em nossa cidade e os nomes do Sr, Francisco Diniz Junqueira e do Joaquim Antonio Valério, com o detalhe em frente o seu nome: professor público.

Sabemos a partir destes documentos que o professor Valério, ou Joaquim Valério e finalmente, Joaquim Antonio Valério, era professor público de Luminárias. E como constam em documentos, nestas épocas acima citadas, existia somente a Casa de Instrução do Sexo Masculino. Portanto a partir de 1892, temos a certeza da presença do professor Joaquim Antonio Valério em nossa cidade.

Em manuscritos encontrados na escola, uma ata com 28 páginas, folhas separadas e um pouco gastas pelo tempo, mas em perfeitas condições de leitura, temos alguns os seguintes registros:

*Acta de exames dos alumnos da escola do 4º grão da Freguesia do Carmo das Luminárias, Município de Lavras regida pelo Professor o Sr. Joaquim Antonio Valério.” A primeira ata na página de número 15 constava a seguinte data: “ As dez horas Dio dia 16 de novembro de 1894 na salla da escola publica assimia mencionada, sob a prezidencia do Cidadão Francisco Alves Diniz Junqueira Inspetor escolar, comessando os exames dos alumnos apresentado pelo Professor [...]*

Em 1894, conforme registro do próprio Francisco Diniz, já existia a sala regida pelo professor Joaquim Antonio Valério. Porém, esta ata começa na página 15, porque as outras páginas foram perdidas e os exames escolares eram anuais, mas as visitas do Inspetor quinzenais. A página seguinte de número 19 datada em 16 de novembro de 1897 registrando o mesmo motivo: exames na Sala do professor Valério, com visita do Inspetor Francisco Diniz e assinatura do Inspetor, do Professor e dos examinados.

Se constarmos que os exames eram anuais, para aprovação dos alunos nas primeiras letras e o Inspetor usava um livro para cada sala (nos próximos capítulos a metodologia e os exames finais) podemos calcular que a ata data antes de 1896, provavelmente 1893.

Em uma entrevista feita por Dona Terezinha Murad a Dona Judith Fábregas, professora e esposa do Professor Romualdo Fábregas, ela conta que o professor Fábregas chegou na cidade em abril de 1904, para substituir o professor Valério que era o professor regente, natural de São João Del Rei e havia falecido nesta data.

Na entrevista feita a Dona Judith, ela relata que: “Havia uma professora que regia a escola do sexo feminino aqui, chamava-se D. Maria do Carmo Alvarenga. A mesma foi aposentada em 1910. Na mesma ocasião, eu fui nomeada sua substituta.”

Segundo Fonseca (2003):

*Quanto aos prédios, o artigo 331 da Lei n. 41 estabelecia as diretrizes para sua construção e aparelhamento: A previsão era que, de 1893 a 1896 fossem construídas 30 escolas por ano nas cidades e vilas, e um número mínimo de 105 escolas por ano nas sedes dos distritos, de 1897 a 1902, “[...] tudo de conformidade com as plantas, designação local, orçamentos e instrução da secretaria das obras públicas do Estado, podendo as municipalidades, quando queiram, ser encarregadas da execução das obras [...]”. (Art. 331, § 2o). 1 Área de um e meio quilômetro de raio para o sexo masculino, e de meio quilômetro de raio para o sexo feminino, sendo o centro a escola pública, estadual ou municipal. (Decreto 655, Art. 11, FONSECA 2003).*

Segundo o Sr. Celso Andrade, sua mãe, nascida em 1889, contava que se recordava de duas irmãs solteiras que moravam em Luminárias e eram professoras. Elas moravam na Avenida Florenzano, onde hoje funciona uma loja de móveis, provavelmente, de acordo com a época citada, a professora era Dona Maria do Carmo, que lecionava para a escola do sexo feminino e sua irmã. Podemos constatar, pela localização da Casa do professor Valério e da casa da professora Maria do Carmo, que a distância entre ambas, realmente não é inferior a mil metros, pelas conformidades da referida Lei.

Nos últimos registros da Ata do Inspetor Francisco Diniz, em visita a escola do professor Valério, ele escreveu, “*estive em visita a Escola Pública do Sexo Feminino*”. Corrigindo depois com uma escrita, do “*Sexo Masculino*”. (18/03/1903). Podemos concluir que em 1903, já existia em Luminárias a Escola Singular do Sexo Feminino, de acordo com a Lei 41, que constava em seu artigo, acima citado, que em até 1902 seriam construídas escolas em todas as cidades, vilas e descritos.

Em 1907, no Boletim Quinzenal do Grupo Escolar de Lavras, do qual Luminárias ainda pertencia, editado pelo professor Firmino Costa: *Escolas do Município [...]no distrito de Luminárias, escola do Sr. Antônio Romualdo Fábregas, 91 alunos e escola de D. Maria do Carmo Alvarenga, 59 alunos (01/07/1907)*. A professora lecionava em sua casa, pois não havia prédio para a escola das meninas.

### **2.3 A Metodologia de Ensino das Escolas Regidas pelo Professor Joaquim Antonio Valério e a Professora Maria Do Carmo Alvarenga**

Museu Escola M. “Francisco Diniz” (foto Mário Júnior)/ Louza do Aluno- Foto: Roseli Costa



De acordo com arquivo do Museu Escolar da Escola Municipal “Francisco Diniz”, onde consta a Ata de Exames dos alunos da escola do 1º grau da Freguesia do Carmo das Luminárias, município de Lavras, regida pelo professor Joaquim Antonio Valério, (1894, p. 15), “As dez horas do dia 16 de Novembro de 1984, na sala da escola pública de ensino mencionada, sob a presidência do cidadão Francisco Alves Diniz Junqueira, inspetor escolar, começando os exames dos alunos apresentados pelo professor [...]” Segundo a Ata, os exames eram anuais e os alunos só passavam de um ano para o outro se tirassem aprovação plena em todas as matérias. Quando não eram aprovados plenamente em alguma matéria, o aluno repetia a mesma.

Os exames eram feitos por uma banca examinadora, sob a presidência do Inspetor escolar Francisco Diniz e era composta por três pessoas, juntamente com o professor Valério. Os examinados eram pessoas da comunidade, qualificadas e instruídas, que passavam quase o dia todo na escola em companhia dos alunos e do professor, para esta finalidade. No documento acima mencionado, os examinadores

foram: o Inspetor Francisco Diniz, João Batista Flauzino de Mesquita, José Pereira dos Santos e o professor Valério.

Nem todos os alunos foram aprovados plenamente. Não havia notas nem os conceitos: A, B, C, D. O sistema de classificação dos exames eram: Aprovado plenamente: quando acertavam tudo; Aprovado “simplesmente”, ou “regularmente”: quando acertavam algumas e outras não; e “Insuficiente”, quando não atingiam os objetivos.

Os exames eram realizados conforme determinava o artigo 55 do decreto 655 de 17 de outubro de 1893: Regulamentada pelo Decreto n. 655, de 17 de outubro de 1893 – Regulamento da Instrução Primária de Minas Gerais – a Reforma Afonso Pena, como ficou conhecida, é considerada o marco inicial da educação republicana nesse estado. Segundo Fonseca (2004 p. 25):

*[...] bastante abrangente, detalhista e inovadora para a época, a Lei n. 41 estabelecia uma classificação para as escolas públicas, além de critérios para sua organização. Tratava ainda da frequência, das férias escolares e das matérias que deveriam ser lecionadas, dos direitos e deveres dos professores e alunos, das sanções disciplinares para ambos, da criação da Caixa Escolar, da subvenção às escolas particulares etc [...]. Em 03 de agosto de 1892, sendo Afonso Augusto Moreira Penna o Presidente do Estado e Francisco Silviano de Almeida Brandão seu Secretário dos Negócios do Interior, foi baixada a Lei n. 41 com a finalidade de reformar a instrução pública: Verificar validade dos exames; Planejar a construção de escolas públicas; Apreciar as resoluções das congregações dos estabelecimentos; Impor multas e julgar recursos; Aprovar os compêndios julgados dignos de prêmio pelo Estado (FONSECA, 2004, 25).*

Um aspecto merece ser destacado na Lei n. 41. Diz respeito à criação, pelo Art. 23, da Inspeção Ambulante para fiscalizar as escolas do interior. De acordo com a ata redigida pelo Inspetor Francisco Diniz, a Casa de Instrução cumpria com perfeição o decreto. Também vale destacar que com a criação desta lei, até a data de 1893, não havia visitas de Inspectores Escolares e o Inspetor Francisco Diniz foi também o pioneiro em Luminárias, cujos detalhes veremos nos capítulos seguintes.

Parafraseando a Ata de 16 de novembro de 1897, do exame de suficiência na sala do Professor Valério:

*Gustavo Octaviano de Oliveira, aprovado simplesmente em Leitura, Escripta, nas quatro operações arithimeticas e leitura de Manuscripto, Otaviano de Miranda, a mesma nota acima, Izaac d'Oliveira, Antônio Martins, aprovados simplesmente em leitura, escripta, 3 operaçoes e manuscripto. Christiano de Paiva aprovado simplesmente em leitura escripta, manuscripto e uma operação. Antonio Jose Furtado simplesmente em leitura e nas 3 operaçoes*



*[...].” Os examinadores eram: Antonio Candido Dinamarco, João Moreira de Mattos e Antonio Gabriel Dinis. “Ao todo compareceram 21 alumnos, foram aprovados de suficiencia simplismente 6 alunos, julgarão não preparados 9 alumnos e deixarão de comparecer 6 alumnos. (observação do professor Valério no final da Ata).*

As matérias lecionadas em 1897 eram: Leitura, Escrita, Leitura de manuscritos e as quatro operações. O professor Valério tinha ao todo 32 alunos, divididos em primeira, segunda e terceira classe. Os alunos ficavam três anos, se aprovados simplesmente e repetiam a matéria em que fossem considerados insuficientes, ficando mais um ano ou o quanto a comissão julgasse necessário.

Os membros da comissão julgadora, conforme os registros não se repetiam de um ano para o outro.

Em 1898, podemos ver uma pequena modificação na grafia, conforme registro na Ata e também modificação nas matérias: “Aos dezenove dias do mez de Novembro de mil oito centos e noventa e oito, do meio dia na sala da escola Publica acima mencionada [...]” As matérias para aprovação eram: “Escripta da grammatica portuguesa, arithmetica, geographia, leitura e letra manuscripta.” Mas o ensino se limitava ainda em três classes. Porém, a cada aluno era designada uma nota, pela comissão examinadora de acordo com o desempenho.

Em 1902 houve outra modificação nas matérias: as provas eram divididas em orais e escritas, além das provas escritas de gramática portuguesa, arithméritca, geografia, constava também de provas orais de português, leitura e catecismo.

## **2.4 As Salas de Aulas da Escola**

Segundo Fonseca (2004, p. 28), referindo ainda a Lei n.º 41:

*O aspecto higienista é marcante nos projetos escolares. O Art. 9o. estabelecia: No mesmo plano, que attenderá rigorosamente ás exigências de boas condições de hygiene, luz e ventilação, se proverá sobre o abastecimento de água nas escolas, para todas as applicações necessarias, havendo, sempre que for possivel canalizala, torneiras para uso interno e lavatorios e tanques de natação (FONSECA, 2004, 28).*

Como verificamos em Mourão (2008) A Casa de Instrução, situada em frente a Igreja, tinha espaço suficiente para 50 alunos e boas instalações.

Em visitas do Inspetor Francisco Diniz, a sala de aula do professor Valério, consta nos termos: “Aos nove dias do mês de maio de 1898 visitei a Escola Publica regida pelo Professor Joaquim Antonio Valério e encontrei vinte e cinco alumnos a

todos perguntei relativamente ao ensino e achei que a escola está sendo regida de acordo com o regulamento.” Em 31/01/1902 “visitei a escola regida pelo Professor Valério e notei boa ordem no modo da leitura e escripturação, e zelo da parte do Professor”.

O professor Valério era dedicado e zeloso, tanto com os seus alunos, quanto ao prédio escolar. Podemos confirmar todo o seu valor através dos manuscritos do Inspetor Francisco Diniz.

Porém em 23/11/1900, as aulas eram na casa do professor Valério, pois o prédio estava em péssimas condições de uso, conforme a ata do Inspetor Francisco Diniz. Em 1901 as aulas ainda eram na casa do professor Valério. Somente em janeiro de 1902 as aulas voltaram normalmente para prédio escolar, pois o mesmo foi restaurado. Mas as aulas foram interrompidas de 23 de março a 07 de abril de 1902, conforme descrito na ata, sem contudo mencionar o motivo. Em 20/08/1902, mais elogios ao zelo e dedicação do professor Valério, que constava com 24 alunos na sala de aula.

A última página do livro de Ata refere-se ao exame da Escola Pública Distrital do sexo masculino de Luminárias, Município de Lavras. “As doze horas do dia dezesseis de Novembro de mil nove centos e três, na sala [...]. tiveram as respectivas notas relativas aos exames finais [...]”

O professor Valério, conforme entrevista da Professora D. Judith Fábregas, faleceu antes de abril de 1904. Não sabemos o motivo da causa da morte do professor Valério e nem mesmo se lecionou no começo do ano de 1904. O último registro que temos de sua presença é o de 16 de novembro de 1903, às doze horas, para os exames finais de sua sala tão bem cuidada, de seus alunos aplicados e de sua missão cumprida com êxito, zelo, sabedoria e eficácia.

Conforme livro de “*acta*” da escola Singular do Sexo Feminino, redigido pelo Inspetor Francisco Alves Diniz Junqueira: “Aos vinte e dois dias do mês de Março de 1907, visitei a escola do Sexo Feminino deste Districto, regida pela professora Da. Maria do Carmo Alvarenga: estão freqüentando 32 alumnas e tudo em boa ordem.” (DINIZ, 1993, p. 27).

O livro contém a cópia de parte da Ata, pois a Ata não foi encontrada na Escola Municipal “Francisco Diniz”. Provavelmente pertence aos familiares.

Nas páginas seguintes, o Inspetor detalha a quantidade de alunas, que varia de 27 a 42 e descreve suas observações sobre as aulas. Registra que a professora mantém a escola, com muito zelo, nas conformidades da Lei e as alunas tem boa compreensão do método de ensino. Observou assiduidade e que, devido à quantidade de alunas, fazia-se necessário que o governo providenciasse mais livros e objetos escolares, para que a professora cumprisse seus deveres, como sempre o fez. Continua relatando suas observações, sempre estimando a professora pelo cumprimento dos seus deveres e a aprendizagem de suas alunas.

Podemos concluir que a professora cumpria regamente seus deveres, mesmo com todas as limitações materiais, pois a casa em que lecionava era também sua residência, possuía muitas alunas e o material didático era precário.

### **3 O INSPETOR FRANCISCO ALVES DINIZ JUNQUEIRA**

Ainda de acordo com a lei 41, de 1983, decreto 655 temos a criação pelo artigo 2º, de um órgão técnico, presidido pelo Secretário do Interior e denominado Conselho Superior:

*Com competência administrativa e disciplinar sobre a instrução pública, sendo composto dos seguintes membros: reitor do Ginásio Mineiro, diretor da Escola de Farmácia, diretor da Escola Normal, inspetor municipal da Capital, dois membros do magistério primário público da Capital e dois do particular e ainda dois membros do magistério secundário público da Capital, dos quais são natos os quatro primeiros, três de nomeação do governo e elegíveis os demais.” (FONSECA 2004, p. 25).*

Como temos registrado na Ata de visita e exames de suficiência presididos pelo Inspetor Francisco Diniz, desde a criação da Lei temos um Inspetor Escolar elegido. Pois a ação imposta ao ensino público primário mineiro centrou-se na organização, na fiscalização e na regulamentação da instrução pública primária e, como o interesse foi de institucionalizar o profissional para a educação escolar de primeiras letras, bem como unificar esse nível de ensino por todo o Estado, garantindo-se a aplicação dos métodos e das disciplinas recomendadas pelo governo de Minas Gerais, foram instituídos, segundo Borges (1998):

*Dois tipos de inspeção: uma inspeção exercida por seis inspetores escolares ambulantes, nomeados pelo Presidente do Estado; outra exercida pelos inspetores escolares municipais e distritais. O inspetor municipal era eleito pelos cinco membros que compunham o Conselho Escolar Municipal de cada município(BORGES, 1998, p. 13).*

No boletim quinzenal do grupo escolar de lavras, editado pelo professor Firmino Costa: São os seguintes os inspetores escolares deste município: “[...] de Luminárias Francisco Alves Diniz Junqueira” (1907, nº01). Ainda de acordo com o boletim citado, o Sr. João Florenzano, de Luminárias, foi o Inspetor suplente do Inspetor Francisco Diniz e também fazia parte da banca examinadora.

Francisco Diniz foi um grande nome e um grande nome para a cidade de Luminárias. Era uma pessoa justa, que participava da vida social, religiosa e escolar de Luminárias. Sempre lutou pelos interesses dos luminarenses. Quando Luminárias estava em processo da Lei Provincial, para denominar-se Freguesia em 1873, foi uma das pessoas que conduziu todo o processo. Foi inspetor escolar e sempre participou das atividades da Casa de Instrução, juntamente com o professor Fábregas. Morou em Luminárias e se dedicou também à medicina prática, onde, segundo relatos, curou e salvou a vida de muitas pessoas. No Museu Escolar de nossa escola temos muitos objetos doados pela família, que contam esta bonita história de vida e dedicação. É o Patrono da nossa escola pelos seus grandes feitos e contribuições significativas para a Educação e para a cidade.

O Inspetor Francisco Diniz faleceu em 27 de junho de 1940, na fazenda da Patrona, município de Luminárias.

#### **4 O PROFESSOR FÁBREGAS E DONA JUDITH FÁBREGAS**

O professor Antônio Romualdo Fábregas Morava em Lavras, frequentou a escola Normal em São João Del Rei e chegou em Luminárias em 1904, por ocasião da morte do professor Valério. Foi seu substituto na “Escola Singular do sexo Masculino”. Participou efetivamente da vida social e religiosa de Luminárias. Recusou uma nomeação de diretor do Grupo Escolar de Pitangui, para continuar a ser professor em nossa cidade. Foi um cidadão respeitado e amado por todos. Organizava festas cívicas escolares, fazia passeios com os alunos, além de artesanatos, músicas, desenhos e tantos outros trabalhos interdisciplinares. Foi um professor que deixou muitas contribuições para a educação luminarense. Aposentou-se em julho de 1935 e continuou lecionando e ajudando qualquer aluno que precisasse de sua sabedoria. (JUDITH FÁBREGAS, entrevista, s.d)

Dona Judith Anália Fábregas nasceu em 1886, era natural de Lavras, estudou no colégio Lourdes em Lavras, era filha de Custódio de Oliveira e Otília Isolina de Oliveira, casou-se com 24 anos, em 1910.

O Professor Romualdo Fábregas estava lecionando em Conceição do Laranjal, município de Cataguases, quando o professor Valério faleceu em 1904. Então, a seu pedido, foi transferido para Luminárias. Era professor substituto, não efetivo. Nesta ocasião, Dona Maria do Carmo Alvarenga lecionava para as meninas. Porém, não havia prédio para funcionamento da escola Singular do sexo Masculino. O professor lecionava em sua própria casa. “Não havia prédio escolar. Alugava uma casa para sua residência e na mesma funcionava a escola. Lutava com dificuldades por não haver salas espaçosas. Antigamente não havia escolas mistas. Professor lecionava para meninos e professora para meninas”. (Entrevista com Dona Judith Fábregas)

A casa do professor Fábregas era em frente a atual Biblioteca Municipal, no entanto, ainda não havia o referido prédio. Era bem difícil para o professor comportar tantos alunos, pois a casa não era espaçosa e o número de alunos era grande. Segundo Boletim do Grupo Escolar de Lavras (1907, arquivo UFLA), editado pelo Professor Firmino Costa, “Não contando o distrito da cidade, há nos outros distritos deste município quatorze cadeiras de instrução primária, que se acham providas[...] escola do Professor Romualdo Fábregas 91 alunos.”

De acordo com nossos registros no livro de matrícula do professor Fábregas, assinado pelo Inspetor suplente João Florenzano e exposto no Museu escolar da Escola Municipal “Francisco Diniz”, em julho de 1908 o professor tinha 72 alunos. E, como podemos constatar, não havia férias em julho. As férias eram de novembro até meados de janeiro, quando se realizavam as matrículas. Também havia aulas no sábado. Mas os feriados, o professor celebrava com horas cívicas, convidando as autoridades, onde declamavam poesia, fazia palestras sobre a data comemorativa e depois iam todos para a Igreja participarem da Missa.

Em 15/07/1908, foi publicado no Boletim do professor Firmino Costa, já citado, que a varíola se alastrava fazendo vítimas sobre vítimas nas cidades mineiras e a escola deveria cumprir o seu papel social dando conselhos à população sobre os benefícios da vacinação.

*Mesmo com a vacinação, no dia 21 de fevereiro de 1909 a escola suspendeu as aulas por motivo de “epedemia” (livro de ponto diário do professor*

*Fábregas). Minha mãe me contou que Dona Judith veio para Luminárias “roubada”, pelo professor Fábregas, com o seu consentimento, claro. Os dois chegaram aqui em um cavalo. Dona Judith era muito bondosa e farta, sempre fazia muita quitanda e oferecia aos outros Nas festas comemorativas, Dona Judith fazia biscoitos, café, sequilhos, bolos, bolachas e oferecia a todos os presentes [...] (Depoimento de Terezinha do Sinhô, afilhada e vizinha de D. Judith).*

As atividades retornaram somente em 22 de março do mesmo ano. A epidemia em questão era a tuberculose, a sífilis e a varíola que assombrou a população por mais de um ano.

Em junho de 1909, a escola também não funcionou, porque o professor foi suspenso do exercício, declarado pelo próprio, mas sem anotar o motivo. Em agosto do mesmo mês, as aulas retornaram. Em 1909, o professor Antonio Romualdo se casou com dona Judith e ela veio morar em Luminárias. Segundo relatos: “Como Dona Maria do Carmo Alvarenga se aposentou em 1910, dona Judith foi sua substituta”. No ano de 1915, foi construído o prédio para Casa de Instrução, onde teriam sala para os meninos e para as meninas. De acordo com a lei que Manoel Thomaz de Carvalho Britto, publicou, Lei n. 439, que instituiu a reforma de ensino a qual, segundo Mourão (1962, p. 91), “constituiria um marco divisório na história da instrução da que era então a mais populosa unidade da federação brasileira.” Esta reforma trazia como destaque e grande novidade o atendimento de uma necessidade imperiosa e antiga em termos de instrução pública em Minas Gerais, qual fosse a construção de espaços próprios para a educação escolar. Constituíam-se assim, em Minas, através do grupo escolar, a “escola como lugar”, um “lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente para esse fim”. (FRAGO e ESCOLANO, 2001, p. 69). Luminárias atendia a mais essa exigência com a construção do prédio em frente à casa do professor Fábregas, onde é hoje a Biblioteca Municipal.

De acordo com documentações de dona Marina Luz Andrade Diniz, a casa de Instrução do sexo Feminino foi instalada oficialmente em 1920, sob a regência de dona Judith Fábregas.

O professor Fábregas se aposentou em 1935, segundo entrevista com D. Judith, arquivada no Museu da E.E. Francisco Diniz.

A partir do ano de 1933, segundo o livro de presença da escola, temos a assinatura de Anna Annita, como, provavelmente, auxiliar do professor Fábregas.

Em julho de 1911, o professor Antônio Romualdo Fábregas se efetivou. No Termo de abertura do livro de matrícula dos alunos da escola Singular do Sexo Masculino, assinado pelo Inspetor substituto João Florenzano consta o Inventário levantado no fim do ano letivo de 1910.

Vale lembrar, que desde a época do Professor Valério existia a precariedade de materiais e não existiam os cadernos e lápis. Os alunos estudavam e escreviam em lousas de pedras. Em 1911, o professor tinha 54 alunos matriculados e cinquenta e um frequentes, o suplente do Inspetor continua a visitar a sala de aula duas vezes por mês.

Os alunos eram avaliados e recebiam notas e conceitos (bom, suficiente, ótimo e nenhum aproveitamento). Os alunos infrequentes eram eliminados da escola.

O ensino na época, com 61 alunos, no final do ano de 1911, 5 foram eliminados, dos 45 frequentes, 7 foram aprovados em exames finais e 26 promovidos. Ou seja, estes 26 promovidos porque não foram suficientes em alguma matéria e tiveram que repeti-la. Em 1912, o professor Fábregas ficou alguns meses sem o boletim, enviando um lembrete para que a Administração os enviasse.. Porém, recebeu-os somente em 1913.

Em setembro de 1914, a frequência escolar baixou devido a uma epidemia de sarampo e caxumba que estava intensa na cidade.

Em dezembro de 1916, o professor recebeu os seguintes livros: *Contos moares e cívicos do Brasil, noções de economia doméstica, o Livrinho das Alves e Selecta de Prosadores Mineiros*.

O Professor Fábregas foi indicado para ser Diretor do Grupo Escolar de Pompeu, município de Pitanguí, mas recusou, preferindo ficar em Luminárias como professor. A população, segundo D. Judith, fez um abaixo assinado ao Governo de Minas Gerais em oposição e o mesmo deixou que o próprio professor escolhesse. Aqui nesta cidade ele constituiu sua família, teve dois filhos (Ismael Fábregas e Antonio Fábregas Júnior) que foram seus alunos.

#### **4.1 O Grupo Escolar**

O Grupo escolar começou a ser construído em 1949, segundo registros, como condição necessária por Lei para que Luminárias se emancipasse. O terreno foi

comprado no mesmo ano. Na ocasião, as salas de aulas eram homogêneas e dona Jandira Martins Andrade ( Zizinha) lecionava.

Pouco depois, sua irmã, a professora Juracy Andrade Gouvêa, veio ao seu auxílio, pois as salas estavam superlotadas. Dedicou-se com fervor à educação do povo luminarense, de tal modo que, muitos de seus alunos assumiram e assumem posição de homens públicos no nosso município.

O grupo passou por várias reformas, tivemos vários professores, diretores, que estão registrados em atas na própria escola.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A memória é a presença do passado. E o resgate da memória é a reconstrução de todos os fatos que representam o passado.

Resgatar a memória de uma escola é vivenciar todos os cantos, todas as ruas, todos os dias vividos pelos personagens que a construíram.

No percurso desta pesquisa, pude sentir cada lugar como se vivesse na própria época dos acontecimentos. Nos relatos dos entrevistados, cheios de lembranças e vivacidade, o pensamento seguia com suas palavras e pude ver os rostos, as casas, as salas de aula, as palavras pronunciadas por cada um dos personagens reais desta história.

Memória é exatamente isto. Lembranças que ficam presentes, mesmo que nunca a tenhamos vivido, onde as peças fundamentais são os relatores, os contadores das histórias, os participantes de toda a trama.

Embora este trabalho tenha sido realizado com objetivos acadêmicos, a intenção vai muito além. A grande intenção deste trabalho é contribuir com as lembranças de um povo sofrido por carências e feliz por viver na simplicidade de uma cidade pequena e bela. Contribuir com o resgate de lembranças que não se registram em nenhum documento, mas na memória de cada ser.

Talvez ainda falte bastante para se contar da história desta escola, tão antiga quanto a história da Educação em Minas Gerais. Talvez faltem documentos que não foram preservados, ou a seqüência de muitos acontecimentos. Mas com certeza, este foi o primeiro passo para que se prossiga com um trabalho ainda maior, pois o registro da mesma trará para toda a população a certeza de que Luminárias, além de pertencer à



Estrada real, participou do processo educacional de Minas Gerais e das Leis vigentes no país. Sua história resgata não somente fatos, mas também a memória de um povoado pequeno, esquecido ou desconhecido por muitos, mas grandioso em meio a um sistema educacional brasileiro.

A experiência foi única, gratificante e encantadora. Os lugares que visitei em prol desta pesquisa, começada deste a época da construção do Museu Escolar, em 2005, foram lugares repletos de sons, sombras, sonhos, realidade e presença do passado.

A disponibilidade de muitas pessoas também foi fundamental. Para citar apenas algumas: o padre Jésus, que me permitiu pesquisar documentos paroquiais; a diretora da escola na época; D. Simone, que se prontificou, disponibilizou tudo que precisava porque acreditou no meu trabalho; D. Marina com quem travei conversas a fio e me forneceu vários documentos para análise; os bate-papos que tive com minha mãe e com a dona Terezinha do Sinhô, que vivenciaram muito da vida de alguns professores; a Secretária da Educação atual do município, D. Marini, que descobriu documentos importantíssimos e seculares, fundamentais para o começo deste relato; a historiadora Maria da Graça Mourão, com quem troquei e-mail's; e muitas outras pessoas, que estão citadas neste, outras que não estão citadas, mas contribuíram direta ou indiretamente para que tudo se realizasse.

Mas todos os que contribuíram sabem da sua importância para este meu trabalho e para a história e memória desta escola tão querida. Agradecê-los, seria pouco. Sintam-se então, partes da própria história e desta memória.

Que nossos filhos possam se orgulhar de terem uma escola tão cheia de histórias e tão eficaz no seu propósito de educar para a cidadania. Que eles também consigam preservar a história que estão vivendo e um dia digam o que eu sempre repito, com muito orgulho e peito aberto, quando me lembro que sou educadora e formadora de pessoas: Eu estudei nesta escola e faço parte da história educacional de Minas Gerais.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BORGES, Vera Lúcia Abrão. **A instrução pública primária na fala da elite mineira: 1892 a 1898.** Tese de Doutorado, PUC-SP, 1998.

DINIZ. Escola Municipal “Francisco”. **Documentos arquivados no museu escolar.** 1876 a 1950.

FONSECA, Cláudio Lúcio. **Arquitetura das Escolas Públicas nas Reformas Educacionais Mineiras.** Disponível em: <http://www.posgrad.fae.ufmg.br/banco>. Acesso em: 20/08/2009.

LUMINÁRIAS, Arquivos Paroquiais de. **Paróquia Nossa Senhora do Carmo.** Luminárias, MG [s.n]. 1873, 2 p.

\_\_\_\_\_**Paróquia Nossa Senhora do Carmo.** Luminárias, MG [s.n]. 1881, 1 p.

\_\_\_\_\_**Paróquia Nossa Senhora do Carmo.** Luminárias, MG [s.n]. 1895, 5 p.

MACHADO, Alzira. **Prova de História do Brazil.** Luminárias, MG: Escola Municipal “Francisco Diniz”. Luminárias, MG, 1920, 1p.

MOURÃO. M. G. M. **Iluminando Rumos do Caminho Velho da Estrada Real.** Luminárias: Prefeitura Municipal de Luminárias, 2008, 188 p.